

GT 22 – Educação Ambiental**OBJETIVIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: O
CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS¹**

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz² (UFPA)
Glaydson Evandro da Silva Canelas³ (UFPA)

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que o ser social (Netto& Braz, 2008) resulta das relações com os outros homens por meio do trabalho e também de sua objetividade com a natureza, pressupondo-se, por conseguinte, a importância de presença de áreas florestais para a sua existência, de modo que a destruição de áreas naturais pelo capital pode também implicar a eliminação do próprio ser social que se constitui o homem. Ou seja, o estudo das relações travadas pelo homem em seu contato com a natureza pode nos dar indicativo de como essa dependência pode estar sendo afetada e que ações políticas podem ser travadas na relação trabalho *versus* capital em prol de uma perspectiva existencial que supere as relações de exploração.

Pautados no materialismo histórico-dialético, consideramos que a sociedade está cada vez mais à mercê do capitalismo, das tecnologias e cresce rápida e desordenadamente implicando lógicas perversas de existência na reconfiguração do mundo, no comportamento e na maneira de pensar das pessoas, conduzindo-as para a exploração desenfreada das riquezas naturais e dos homens que dela dependem, a fim de se continuar maximizando a riqueza em

¹ Resultado de investigação levada a efeito no Programa de Pós-Graduação Núcleos de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCARDR) da Universidade Federal do Pará.

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED) Bolsista (CNPq) E-mail: larissavizufpa@gmail.com

³ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará Email:larissaviz@gmail.com

prol de poucos e a pobreza em proveito de muitos. Também partimos do pressuposto de que os homens fazem a história e que diante do capital tecem formas de oposição, materializando suas propostas contra hegemônicas atadas a seus interesses de classe, mesmo diante de uma sociedade que vive o mundo dos *recursos tecnológico de* alto padrão, porém nem sempre atrelada à emancipação humana e implementação do reino da liberdade de que nos fala Marx (1983).

No contexto brasileiro, por exemplo, as ações do capital em termos de contato com a natureza tem sido um desastre para as populações tradicionais da Amazônia, como se pode atestar com o processo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo nos anos cinquenta, sessenta e setenta, quando se deu a invasão de grandes áreas que vieram a constituir municípios no entorno da Rodovia Transamazônica, materializando o lema “terras sem homens, para homens sem terra”, deslocando sujeitos das regiões Nordeste e Sudeste para o território amazônico. De acordo com Forline (2014),

Desde 1844, nordestinos, principalmente do Ceará, vieram ocupar áreas da Amazônia, formando a primeira leva dos chamados “soldados” da borracha. Mais tarde, em 1877, uma outra seca no Nordeste impulsionou mais um movimento de pessoas rumo aos seringais. A época da borracha foi tida como um período “dourado” para a Amazônia e criou-se, assim, uma elite que estabeleceu um sistema de aviamento e, a seu modo, marcaria as relações sócio-econômicas na região [...].

Verifica-se, assim, que o território amazônico sofreu/sofre com essas transformações abruptas e com o município de Paragominas/PA, particularmente, diante dos efeitos do desenvolvimento imposto pelo capitalismo, não foi diferente. Frente a isso, o presente trabalho apresenta o resultado de investigação sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental no município de Paragominas, Estado do Pará-Brasil, tendo como reflexão a sua inserção no projeto Município Verde⁴. Ou seja, este trabalho tem como objetivo perceber como a educação ambiental se configura a partir desta política pública.

Metodologicamente realizamos pesquisa qualitativa⁵, por meio da técnica de pesquisa denominada documentação indireta, conforme Lakatos (2010, p. 168), para o qual

⁴ Para sair da lista de campeão de desmatamento, Paragominas precisou de 80% de seus imóveis rurais registrados no CAR e combater o desmatamento, mantendo-o abaixo de 40 quilômetros quadrados por ano. Neste sentido, o Poder Público Municipal – apoiado pelos setores produtivos locais e por outras esferas do governo e da sociedade civil implantou o plano municipal chamado Município Verde, com atuação em seis eixos: pesquisa técnico-científica, monitoramento mensal da cobertura florestal, capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, disseminação da educação ambiental nas escolas, ampliação das áreas de reflorestamento e manejo florestal e microzoneamento de imóveis rurais. (PINTO *et al*, 2009, p.12)

⁵Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra. (BOGDAN, 1994, p. 47-51)

“Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas [...]. É a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”.

Procedemos com entrevistas junto a docentes de três escolas que estão trabalhando a questão de educação ambiental: uma escola na zona rural no assentamento de Mandacaru⁶, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Carrossel, e duas escolas no centro da cidade de Paragominas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Maria Angélica⁷” e a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Presidente Castelo Branco⁸”.

Também procedemos à realização de entrevistas abertas⁹, a partir de pesquisa de campo¹⁰, obtendo-se informações que consubstanciaram as análises, por meio de oito perguntas respondidas no ato da interação: pesquisador e entrevistado¹¹.

Inicialmente entrevistamos a coordenadora de educação ambiental do município para obter dados relacionados à implementação do programa de Educação Ambiental em Paragominas, compreendendo-se como que se deu este processo. Na sequência entrevistamos a professora da zona rural do assentamento de Mandacaru, buscando compreender como acontecia a educação ambiental nesse contexto; dois coordenadores pedagógicos, de duas

⁶Mandacaru-PA está localizado no Km 22 de Paragominas. É reduto de produção leiteira e agropecuária. Apresenta duas Escolas municipais: Escola M.E.F Carrossel e a Escola M.E.F. Caminho do Saber. (PINTO *et al*, 2009,p.34)

⁷ A Escola M.E.F. Maria Angélica foi uma das primeiras escolas a trabalhar na perspectiva da interdisciplinaridade. Dentre todas, é a que melhor trabalha com a educação ambiental, pois a mesma busca por meio de projetos envolver os professores, alunos e a comunidade. Outro aspecto importante é que desde o início da formação, junto à equipe do CEDAC, os professores de História e Língua portuguesa da escola já estavam inseridos, ou seja, são professores que tem certa experiência e buscaram junto com a coordenação pedagógica da escola colocar em prática as atividades.

⁸A Escola M.E.F. Presidente Castelo Branco estava trabalhando recentemente com a perspectiva de educação ambiental. Muitos professores conseguiam trabalhar bem com a interdisciplinaridade, porém outros (como foi o professor de Matemática) acreditam ser distante da realidade vivida na Escola, ou seja, sentiam dificuldades e criticavam essa postura de aceitar Paragominas como “Município Verde”.

⁹ O pesquisador propõe um assunto e posteriormente apenas catalisará o discurso do entrevistado. Frequentemente é descrita como sendo uma entrevista em profundidade, reforçando as possibilidades ilimitadas de considerações por parte do entrevistado, acerca do tema proposto e de suas associações, podendo ir além do que o pesquisador havia imaginado ou categorizado previamente. (FONTANELLA *et al*, 2006,p. 5)

¹⁰Utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS, 2010, p.169)

¹¹ Os professores pesquisados foram de disciplinas diferentes, para que pudéssemos saber como os mesmos trabalhavam a temática de educação ambiental, se existiam dificuldades e quais eram. Essa pesquisa realizou-se no período de novembro 2012 a fevereiro de 2013. Seguiram as perguntas: a) Qual sua formação?; b) Para você, qual a importância do projeto Município Verde?; c) Você já conseguiu observar mudanças, a partir da implementação do projeto Município Verde? Quais?; d) Tem trabalhado com os alunos esse tema. (Município Verde); e) Como tem trabalhado a questão de Educação ambiental com sua disciplina? Tem dificuldades?; f) Você acredita ser interessante tratar sobre este tema, por que?; g) Houve mudanças no currículo?; h) Qual sua metodologia de trabalho?

instituições de ensino, e, por fim, cinco docentes das disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História e Língua Portuguesa.

Outra ferramenta de pesquisa que norteou a coleta de dados foi a observação, entendida como “É todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”(SEVERINO, 2007, p. 125). Nessa perspectiva, destacamos que o espaço das escolas observado incluiu o olhar para o uso de material didático, estrutura física e atividades de sala de aula. Desenvolvemos uma técnica de observação assistemática, caracterizada por ser “informal, ordinária, simples, ocasional e acidental, que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (LAKATOS, 2010, p.169). É válido destacar que utilizamos de representações alfabéticas (A, B, C, etc.) para identificar os sujeitos da pesquisa, a fim de preservá-lhes a face pública.

Em termos estruturais, o presente artigo contempla 02 seções. Na primeira seção apresentamos uma reflexão sobre o município pesquisado e as relações com o projeto de educação ambiental. Na segunda, apresentamos resultados da pesquisa, a partir da relação urbano e rural.

1 PARAGOMINAS – ESTADO DO PARÁ-BRASIL: MUNICÍPIO VERDE

Paragominas representa significativamente o modelo de exploração comum do meio ambiente, pois sua principal atividade no início de seu desenvolvimento foram as grandes madeiras e criação de gado. Como aborda França (2011): “De campeã do desmatamento, detentora do apelido de *paragobala*¹², em alusão às formas como eram desenvolvidas as desavenças locais, a cidade quer ser o laboratório onde está sendo testado um novo modelo de pecuária para a Amazônia”.

Segundo Pinto (2009), a cidade foi a maior produtora de bovinos no Estado do Pará em 1983, o que demonstra o quanto Paragominas cresceu economicamente; por outro lado, a destruição de áreas de floresta só fez aumentar, desarticulando crescimento econômico com proteção ambiental. Tanto é que, em 2008, Paragominas entrou para a lista dos municípios que mais desmatavam na região norte, entre os quais estavam também São Felix do Xingu, Altamira e Novo Progresso.

¹² Pseudônimo adotado para fazer referência aos conflitos, principalmente latifundiários no município.

Diante desse cenário de desmatamento em grande escala, os produtores e empresas foram proibidos de comercializar seus produtos da mesma forma que antes, com toda legalidade no mercado, pois passaram a ser taxados como selo de produtos de área desmatada. Com isso o município passou a viver um período de crise financeira por conta do “bloqueio” no mercado e com restrição de acesso aos recursos creditícios.

Por um longo período Paragominas conviveu em meio a altos índices de queimadas e serrarias ilegais que corroboraram dentre outras coisas com a intensificação dos conflitos agrários e crescimento da violência no município.

Segundo Reali (2012, p.31):

Paragominas surgiu no fim da década de 1950, com a construção da rodovia Belém-Brasília,(...). (...). Nos últimos dois anos, o município vem desbancando outros na arrecadação fiscal e atraindo investimentos(...). Em março de 2010, a cidade foi a primeira do Pará a conquistar o certificado de Município verde. Um efeito surpreendente diante da sua história traumática.

É nesse contexto geográfico, político, social e cultural que tomamos como foco de pesquisa esse “novo modelo” de município, denominado de Verde, havendo a necessidade de expormos discussões acerca de como vem ocorrendo o processo de educação ambiental, considerando-se o disposto no Art. 13¹³ da Lei Ordinária nº 644 de Paragominas – PA, em seu inciso VII, que define a Educação Ambiental como instrumento da lei política ambiental do Município de Paragominas, tida como princípio a ser seguido para o desenvolvimento da política de município verde, objeto de interesse deste trabalho.

1.1O Contexto da Educação Ambiental em Paragominas

A implementação de política ambiental, por meio da lei ordinária de Paragominas-PA, nº 644 de 14/12/2007, vem reconfigurando o contexto social, buscando-se a instituição de ações que promovam o município ao *status* de Município Verde, de modo a mudar o quadro de destruição dos recursos naturais presentes no município, por meio de um processo educativo que promova uma outra relação do homem com a natureza e com os outros homens.

¹³ São instrumentos da política ambiental de Paragominas: I- a legislação ambiental municipal; V - a prevenção, o controle, a fiscalização e o monitoramento; VII - a educação ambiental; XII - os estímulos e incentivos com objetivo de proteger, manter, melhorar e recuperar a qualidade ambiental;

Como corrobora Guimarães *et al* (2011, p. 10):

Paragominas foi mais adiante e começou a implantar também mudanças em sua base produtiva. Sua experiência no processo de transição de um modelo baseado em atividades predatórias para o sustentável tem atraído interesse de outros municípios da região. Além disso, o Pará, sob a liderança do governo do Estado, foi criado, em março de 2011, o *Programa Municípios verdes*. Esse programa tem como objetivos apoiar a redução do desmatamento e degradação florestal [...].

Destaca-se que não só o agricultor deve estar atrelado ao contexto de município verde, mas também todos os atores que fazem parte desse território, principalmente no âmbito escolar, pois o meio social de cada localidade deve ser elemento de aprendizagem para os alunos que fazem parte desse contexto.

Na perspectiva de educação formal, partimos do pressuposto de que a escola deve situar suas ações com a realidade que ocorre em determinado local, partindo-se do entendimento de que escola e meio social devem estar intrinsecamente ligados, para que os sujeitos sejam formados com uma visão crítica sobre determinado contexto, e não apenas aceitar aquilo que está sendo imposto. Para Campos (*apud* AVIZ, 2011), a sociedade vive um contexto de mudanças, onde a era da informação e do conhecimento tem exigido que a escola experimente tarefas desafiadoras, como as voltadas para o debate sobre Educação Ambiental. Em Paragominas, nossas análises indicam, contudo, a falta de assimetria entre o disposto para as escolas da zona urbana e o preconizado para as escolas da zona rural, no sentido de permitir uma interação de realidades, haja vista que as escolas da zona rural não fazem parte desse programa de formação em educação ambiental, já que os professores recebem outra formação e não estão inseridos nesta proposta de formação. Há necessidade, entretanto, de se analisar a política de implantação da Educação Ambiental.

1.2. Sobre a implementação da Educação Ambiental na escolaridade de Paragominas

Segundo a coordenadora de Educação ambiental do município, o programa de Educação Ambiental surgiu antes da implementação do conceito de município verde, como descrito:

[...]a ideia de município verde ainda não tinha iniciada, pois a ideia de município verde surgiu junto com o arco de fogo, mas nós já havíamos iniciado a questão do programa de educação ambiental bem antes da questão de município verde (Fala da coordenadora de educação ambiental, trabalho de campo, fevereiro, 2013)

Na verdade, a educação ambiental como proposta de formação para professores da rede iniciou-se em 2007. Pensava-se em inserir a educação ambiental no currículo educacional no município, pois se tinha como principal objetivo seguir a legislação educacional e seguir de forma *transversalizada*¹⁴.

Com isso, uma das propostas pensadas para essa inserção veio no âmbito da Formação dos professores, com o intuito de propor uma formação continuada sobre a educação ambiental para que os professores pudessem ter subsídios necessários para atuar em suas aulas: “[...] a proposta é que os professores trabalhem de forma articulada no seu conteúdo diário [...]”. (Fala da coordenadora de educação ambiental, trabalho de campo, fevereiro, 2013)

Essa proposta de formação de professores é vinculada à Comunidade Educativa de São Paulo – CEDAC¹⁵, instituição responsável pelos formadores, inicialmente financiada pela Vale S.A¹⁶, porém atualmente pela HYDRO¹⁷, responsável pelo pagamento e a prefeitura do município que entra com a demanda de professores para a formação, bem como o espaço e alimentação durante as atividades.

Conforme os dados revelados pela coordenadora de Educação Ambiental (Trabalho de campo, fevereiro, 2013), o programa funciona da seguinte forma:

A gente tem formações bimestrais. Nós temos atualmente quatro áreas que trabalham dentro do programa que são: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia e esse ano estamos inserindo Arte. Então, os formadores vêm de São Paulo bimestralmente e fazem oficinas com os professores, à proposta é sequência didática e não projeto didático. Então o que a gente forneceu para eles: eles têm o nosso programa com todas as áreas, de conteúdos que se trabalha, eles têm os livros que a gente adota. E com base nisso ai eles trazem a proposta da sequência didática eles escolhem (os especialistas). Eles elegem um conteúdo específico de cada área para cada bimestre dentro desse conteúdo eles elaboram uma sequência de atividades para o professor trabalhar na sala de aula [...]

Com isso, podemos perceber que a proposta de Educação ambiental em Paragominas segue de capacitação dos professores da rede de ensino, como previsto no PRONEA entre os “três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações

¹⁴ Termo utilizado pela coordenadora de Educação ambiental de Paragominas.

¹⁵ Comunidade Educativa CEDAC concebe metodologias e estratégias, com o objetivo de apoiar e estimular a implementação de propostas no campo da educação, seja na gestão de políticas públicas, seja na formação de professores, diretores e supervisores. Trabalham em parceria com governos e com empresas e fundações. (Informações no: <http://www.comunidadeeducativa.org.br>, acesso em 20 de maio de 2014)

¹⁶ Mineradora brasileira, considerada uma das maiores do mundo. Mantem sua sede instalada no Rio de Janeiro, empresa privada de capital aberto. Tem como “princípios”: Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo. (Pesquisa no site: www.vale.com, acesso em: 15/04/2013)

¹⁷ HYDRO: é fundada em 1905, pelo engenheiro norueguês Sam Eyde, constituindo-se uma das maiores empresas de alumínio.

educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias [...]”. (BRASIL, 2005, p. 27)

Quando perguntado a C.E18 sobre a proposta de educação ambiental para zona rural, a mesma respondeu que esta área de formação para os professores é diferenciada, isto é, não é a mesma formação que ocorre para os professores da “cidade”. Este trabalho com educação ambiental é uma proposta didática, isto é, ele ocorre apenas com projetos didáticos com os temas de água, horta, terra etc.

De certa forma, este é um ponto negativo encontrado na proposta de Educação Ambiental no município, pois além da zona rural do município apresentar uma série de problemas relacionados ao desmatamento, os professores desta área, também, não estão sendo contemplados com o programa de formação. Todavia, este fato contrapõe a própria Lei ordinária nº644, uma vez que a mesma busca oportunizar ações que se voltem para melhorar proteção e recuperar a qualidade ambiental.

Além disso, em meio a esse contexto, Kosik (1976, p.16) vem falar sobre ir além das aparências, isto é, “indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”.

Ou seja, o discurso assumido pela C.E não revela o que de fato a “essência” quer dizer. O interesse do capital, certamente, não é contribuir para a zona rural, desde que esse “campo” não tenha interesse a ele, como aborda Ribeiro(1978) quando diz que é importante a atenção para o fato de que a própria ideia da universalização da educação é decorrente da universalização da demanda do mercado de trabalho por um nível mínimo de educação/especialização, portanto não é um requisito para o trabalho rural e, nesse caso, indispensável para a reprodução do capital, a educação rural é negligenciada.

2 A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PRO/POSTO PARA A ZONA RURAL E URBANA DE PARAGOMINAS

Nossas análises, considerando a interface mundo urbano e rural, no tocante à educação ambiental, destacamos posições assimétricas, em que o meio rural tende a receber menos impacto formativo do que o meio urbano. Nessa perspectiva, por exemplo, professora ‘A’¹⁹, pertencente à zona rural, argumenta que “[...]a realidade é outra, a formação que recebemos é de campo para campo. É voltada para o campo mesmo”. Sobre este assunto a

¹⁸C.E Termo utilizado para abreviação de Coordenadora de Educação Ambiental.

¹⁹ Professora ‘A’ Formação em Letras e Pedagogia. Atua na zona rural há 5 anos. Não mora na comunidade de Mandacaru. Trabalha com as séries: matutino Jardim 1, 2, 1º e 2º ano.

formação dos docentes da zona rural ocorre quatro vezes ao ano e está prevista no calendário da escola. É uma formação mais simples que trata de práticas pedagógicas para a zona rural. Como comenta a professora 'A': “[...] nós somos orientados sempre a não incentivar nossos alunos a sair da zona rural [...]é uma proposta de socialização [...]”.

A questão é que a implementação de uma Educação Ambiental em Paragominas não ocorreu atrelada aos interesses dos trabalhadores, mas em decorrência da queda econômica que acometera os grandes agricultores e pecuarista e madeireiros da região, pois conduziu o município a buscar amparo legal que lhe atestasse relação de mediação com o meio ambiente. Nessa perspectiva, a formação dada aos professores buscava materializar essa preocupação, embora nem sempre fosse objeto de trabalho dos educadores, por não se constituir, possivelmente, uma preocupação para os sujeitos do campo, que mantinham outra relação com a natureza, em oposição à degradação do grande capital na Amazônia, com a pecuária e plantação de monocultura de mercado exportador. A esse respeito destaca a Professora 'A': “Não, nunca trabalhei, não fiz planos para trabalhar com os alunos [...]. Mas tem um livro que fala sobre a história de Paragominas que a gente trabalhou com eles sobre a história econômica de Paragominas”.

No contexto da metodologia de trabalho que a professora da zona rural destacou, observamos aulas expositivas, cartazes, palestras ambientais, livros didáticos, jogos. Argumentou também que os estudos ambientais com a comunidade local são poucos, pois acredita que a principal atividade educativa deve ser com as crianças. A verdade é que sente receio em adentrar nas propriedades e promover certa “chateação” com os sujeitos da comunidade. A mesma destaca que o trabalho deve ser de uma “forma que não os afronte”, ou seja, ela pouco interage com a comunidade local de Mandacaru.

2.1 A educação ambiental na zona urbana: reflexões sobre o projeto Município Verde.

Nossas análises apontam que a formação concernente à Educação Ambiental sofre resistências internas no município, conforme entrevista obtida junto à coordenadora 'B'²⁰, da Escola Municipal Presidente Castelo Branco. Segundo a Coordenadora, esse programa não tem agradado a todos, principalmente pela forma como vem sendo abordada esta formação, as exigências que tem apresentado a proposta de Paragominas enquanto política ambiental. Ou

²⁰ Coordenadora 'B' - coordenadora pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco, localizada na zona urbana.

seja, a mesma compreende que foi a partir da implementação do projeto municípios verdes que houve toda essa exigência da E.A²¹ no contexto escolar.

Bem a execução do projeto dentro da escola Presidente Castelo Branco não está sendo cumprida em sua totalidade. São quatro áreas que desenvolve que são: Língua portuguesa, Matemática, História e Geografia. Uma dessas áreas não desenvolve como gostaríamos ou como é a essência desse trabalho. Que é a área de matemática. Nós temos outra professora que também tem muita resistência [...] Mas em Geografia nós só temos uma professora e ela desenvolve na íntegra com muita habilidade e domínio. História também e os nossos três professores de Língua portuguesa [...]. E a proposta do projeto é trabalhar de forma interdisciplinar que esteja dentro da proposta curricular, para que nenhum aluno perceba que está sendo trabalhada Educação ambiental [...] e que seja colocado diariamente os temas das atividades voltadas para a questão ambiental e que nunca saia da proposta de ensino/conteúdo [...]

Diante da pergunta sobre o trabalho com o tema Município verde, a Coordenadora ressalta que este tema consiste apenas um eixo do Programa Município Verde e revela que a ideia é trabalhar o aluno como sujeito de transformação da sociedade, ou seja, o programa Município verde incorpora em seus eixos a Educação ambiental como proposta para a conscientização e mudança da sociedade paragominense. Sobre esse efeito Loureiro (2009, p.10) destaca o seguinte:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Neste contexto é possível perceber que a execução desta temática necessita ser incorporada efetivamente pelos docentes para que seus interesses e deveres estejam realmente de acordo com o que estabelece a proposta de EA para Paragominas.

2.2 Educação Ambiental e Docência em Paragominas

No contexto de formação ambiental em Paragominas, tomamos como importante compreender como se coloca a docência diante do projeto formativo, a fim de se analisar em que medida o programa tem avançado junto aos docentes, em termos de concepção pedagógica. Nesse sentido, por exemplo, os professores da instituição Presidente Castelo Branco, em relação à proposta do município de Educação ambiental, destacam que:

Os trabalhos de EA na Escola têm um foco em primeiro lugar que é a questão de conscientização e preservação do meio ambiente, no qual a gente tenta, apesar das

²¹ E.A.- refere-se a abreviação de Educação Ambiental.

dificuldades, **encaixar a realidade de hoje em dia que é a preservação do meio ambiente com o conteúdo da escola** [...] Transformar a Matemática assim, na questão da contextualização... mudar todo o contexto da matemática transforma em questão mais de leitura **não é fácil**...As tentativas são válidas, mas assim, algumas coisas que são trabalhadas na sala de aula sobre meio ambiente, particularmente, eu acho até legal saber trabalhar hectares, medidas de área trabalhar na 5ª série, é mais fácil, por conta do próprio conteúdo ele ajuda, mas quando chega na 7ª série não é fácil não contextualizar, por exemplo, fatoração[...] **não é fácil** tu aplicar fatoração e contextualizar. Há algumas dificuldades relacionadas a isso [...] **não é fácil**, por exemplo, contextualizar radicais[...]. Eu considero assim essa formação, que o meio ambiente ele tem a importância claro [...] bem eu acho que às vezes ta sobrecarregando nos professores a questão dessa formação ambiental ela sobrepõe sobre o conteúdo programático que não pode deixar de lado de jeito nenhum[...]. (Professor C²²)

A professora ‘D’²³ compartilha da mesma ideia de sobrecarga da formação, onde a mesma diz: “essa formação é muito extensa, toma muito tempo da gente, não é questão de uma ou duas aulas, mas sim questão de semanas e isso ocupa muito tempo [...]. Desde elaborar a sequência, discutir, sem contar que é uma sequência muito extensa [...]”.

Com isso, percebemos que a implementação da formação não está sendo aceita por todos os professores. Isso decorre principalmente da sobrecarga que se tem depositado, para que estes realizem as atividades no conjunto de temas transversais²⁴.

Na opinião sobre o Município Verde, os mesmos relatam o que segue:

Professor ‘C’:

Olha!eu particularmente nunca procurei esclarecer, mesmo por que eu acho que Paragominas mudou muito, mas eu acho assim na *minha opinião* que Paragominas não vai **ter mais desmatamento** por que a mata ta muito longe daqui. Paragominas mesmo não tem mais o que desmatar. A mata ta a 500Km daqui desmatar o que?

Em relação à opinião da professora ‘D’ sobre a proposta ambiental de Paragominas:

Quando eu iniciei sinceramente eu não gostava[...] começava a sequência mas sinceramente eu não gostava ... mas ai depois com o passar do tempo[...] eu passei a me interessar pela proposta...assim a minha dificuldade maior era na hora de elaborar e na hora de aplicar mais porque a sequência se estendia demais e acabava sendo chata[...]

Já na opinião da professora ‘E’²⁵, argumenta que seu trabalho tem ocorrido com bastante êxito, “eu já venho trabalhando como todos os professores de Geografia, eu acredito

²² Professor C- Professor da Escola Municipal Presidente Castelo Branco da disciplina de Matemática, leciona do 6º ao 9º ano.

²³ Professora ‘D’ - Professora da Escola Presidente Castelo Branco leciona Língua portuguesa do 6º ao 9º ano.

²⁴ Uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como **Temas Transversais** as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo. (BRASIL, 1998, p.17),

que, já trabalham esta questão ambiental inserida no conteúdo”, bem como o trabalho dos professores ‘F’²⁶ e ‘G’²⁷ da escola Maria Angélica. Ela deixa claro que por ser da disciplina de Geografia fica fácil integrar este tema de EA nas aulas e atividades; a mesma diz que suas atividades pedagógicas são: exposição de cartazes, pesquisa e socialização com seminários. Em relação à questão de município verde, a professora trabalha sim, pois é uma exigência da proposta de EA. E complementa que este trabalho tem dado certo, por mais que seja paulatino.

Os Docentes ‘E’, ‘F’ e ‘G’ relatam que o trabalho tem sido bastante produtivo, pois a escola realmente incorporou o projeto de Educação Ambiental, como define o Coordenador da Escola Maria Angélica: “a escola é muito viva, trabalhamos muito com os pais dos alunos e isso tem mostrado um bom resultado para nossa escola, para nossas crianças” (Fala do coordenador pedagógico da Escola Maria Angélica Dantas, pesquisa de campo, 2013)

A escola Maria Angélica Dantas é considerada uma das que mais executa o trabalho na sua completude. No argumento do professor ‘F’: “Então podemos dizer que a escola abarca isso. Contempla todo o trabalho que nós, fazemos não apenas o trabalho na sala de aula, mas também que tá por fora da sequência didática”.

Para a professora ‘G’ sua prática pedagógica está de acordo com a proposta de Educação ambiental do município, isto é, a mesma afirma que essa formação com equipe do CEDAC tem sido de grande importância para quem participa delas, pois é uma oportunidade de aprender mais e melhorar o trabalho na Escola. Acrescentou que logo no início houve dificuldades, pois avaliava que o conteúdo estudado na formação era diferente da realidade da Escola, ou seja, ficara muito difícil contemplar teoria e prática.

Quando comentado sobre a questão do “município verde” com a professora “G” a mesma relatou que desde o início tem trabalhado este tema com os alunos já que é um *dos exigidos na formação*. Como a mesma argumenta:

A questão de município verde é o foco principal da nossa proposta, foi daí que iniciou a nossa proposta de município. A nossa didática é em função disso. Então com os alunos nós tentamos colocar **está parte patriótica do município dentro deles** e eles já têm isso com eles sabe. Seja na exposição de um poema, seja na exposição de uma paródia é o início de nosso trabalho, é essa parte aí de conscientização de Paragominas é município verde. [...] eu não posso falar de Amazônia; Amazônia preservando o meio ambiente se a gente não fala da realidade dos alunos [...].

²⁵ Professora ‘E’ - Professora da Escola Presidente Castelo Branco leciona Geografia do 6º ao 9º ano.

²⁶ Professor ‘F’ - Professor da Escola Maria Angélica Dantas leciona História.

²⁷ Professora ‘G’ - Professora da Escola Maria Angélica Dantas leciona Língua portuguesa.

Como vimos as falas dos sujeitos nos permitiram contextualizar o panorama da EA no município de Paragominas, destacando principalmente a relação que se faz aos anseios da formação dos professores. Essa fala “ *Então com os alunos nós tentamos colocar **está parte patriótica do municípiodentro deles***” revela que o que se tem buscado repassar aos alunos é essa imagem patriótica de Paragominas, o que de fato não é em sua essência, pois analisamos que esse processo surgiu não atrelado aos interesses dos trabalhadores, mas em decorrência da queda econômica que acometera os grandes agricultores e pecuarista e madeireiros da região, conduzindo o município a buscar amparo legal que lhe atestasse relação de mediação com o meio ambiente, para o que a implementação do mérito Município Verde fosse de importância forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de conservação ambiental depende de processos coletivos de apropriação do significado da questão ambiental, que pode ser possível por meio de procedimentos educacionais e culturais e, conseqüentemente, pela ação democrática do Estado-Nação. Mas ainda, temos muito que caminhar sobre esta ótica.

Paragominas vive um ciclo de “experimentos”, isto é, no momento de crise econômica, buscou, ao máximo, tornar-se modelo de município sustentável, para obter seus financiamentos e adequar-se a uma política de município verde. O programa de Educação ambiental de Paragominas caminha por duas vertentes: a primeira diz respeito aos aspectos citados na Lei 9.795 como obrigatoriedade da Educação Ambiental no currículo escolar e a segunda diz respeito a uma postura compensatória, uma vez que é uma cidade sustentável e que hoje representa o primeiro município a sair do “topo” da lista de desmatamento. Nesta linha de análise a pesquisa buscou identificar de que forma a educação ambiental estava sendo desenvolvida em Paragominas, utilizando como meio teórico-reflexivo a política ambiental de município verde. Percebemos que mesmo com todo o incentivo advindo da Prefeitura municipal e da Empresa HYDRO, apenas duas escolas das oito participantes do programa de Educação ambiental efetivam de fato suas ações. Isto é, o programa tem 5 anos de execução, mas ainda encontra muitas escolas resistentes em compartilhar e adotar esta ideia.

Do universo de seis profissionais da educação municipal pesquisados, quatro argumentaram colocar o projeto em prática e completaram que o programa de educação ambiental em Paragominas é importante para as escolas do município, porém este fato não

fazia parte do interesse educacional do município, e foi a partir do contexto negativo econômico que essa ideia de intensificou.

Assim sendo, é possível concluir que o Programa de EA de Paragominas apresenta alguns pontos relevantes, tais como os que dizem respeito ao desenvolvimento das formações destinadas aos professores da rede pública municipal, por outro lado, há alguns pontos a ser considerados, no que tange à formação para os professores da zona rural, pois se fala em educação ambiental em um contexto de “Município verde”, mas na prática se “exclui” uma massa que é tão significativa para este processo. É evidente que este fato discorre da relação trabalho x capital, pois o que não é interesse do capital é escravo do mesmo.

Para tanto, desenvolver práticas de conscientização é de extrema importância para a E o desenvolvimento de trabalhos como este é, sem dúvida, uma ação que muitos municípios precisam. Há a necessidade de atuações nesse sentido, ou seja, de uma efetiva tomada de decisão, tendo como espaço de formação o ambiente escolar.

REFERÊNCIAS:

AVIZ, Larissa de Nazaré Carvalho de, e CARVALHO, Letícia Machado de. A Prática pedagógica na educação infantil / Monografia. Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação- Igarapé-Açu, PA, 2011

BOGDAN, Robert; BILKEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação: Coordenação Geral de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA*. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005

_____. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: 10 Março. 2013.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: segundo e terceiro ciclos: meio ambiente*. Brasília: MEC/SEF, 1998c.

FRANÇA, Martha San Juan. Pecuária verde vira modelo no Pará com o apoio da Vale e Dow. *BrasilEconômico Sustentabilidade*. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br>> Acessado em: 06 Nov. de 2012.

FONTANELLA, Bruno José B. *et al*. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevista não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. *Revista Latino-am enfermagem*. set./out./2006

FORLINE, Louis. As Várias Faces da Amazônia: migrações deslocamento e Mobilidade Social na Região Norte. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz8.htm. Acesso em: 23/05/2014.

GUIMARÃES, Jayne. et al. *Municípios verdes: caminho para a sustentabilidade*. Belém: Imazon, 2011.

KOSIK, Karel. O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição. In: *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, 6ed. pp13-27.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

PARÁ. Lei ordinária de Paragominas-PA, nº 644 Institui a política municipal do meio ambiente e dá outras providências. 2007.

PINTO. et al. *Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas*. Relatório Técnico. Belém: Instituto do Homem e Meio ambiente da Amazônia-IMAZON, 2009.

REALI, Silveira e Heitor. Era uma vez uma floresta. *Revista: Planeta*. Paragominas. Edição:472. p. 31-35. 2012.

RIBEIRO, D. Sobre o Obvio. *Encontros com civilização brasileira*. Rio de Janeiro, n.1, 1978.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.